

# Evolução do Custo do Aluno das IFES: Eficiência?<sup>1</sup>

NELSON CARDOSO DO AMARAL\*

\* Professor do Instituto de Física da UFG, doutor em educação pela UNIMEP.

Recebido: 08/10/03

Aprovado em 03/05/04

**Resumo:** As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras sofreram, a partir do Governo Collor, em 1990, uma campanha difamatória que, com insistência, divulgava os seus custos. Esse ambiente adverso propiciou a implantação de um conjunto de mudanças e a imposição de restrições a essas instituições. Assim, foi possível reduzir os recursos financeiros, decrescer o número de professores, ao mesmo tempo em que elevou-se o número de alunos. Este estudo calcula o custo do aluno das IFES e mostra sua evolução no período 1995-2001, quando as mudanças se aprofundaram, e discute o resultado sob a ótica do eficientismo.

**Palavras-chave:** Fundo público, financiamento da educação superior, custo do aluno.

**Abstract:** The Brazilian Federal Institutions of Higher Education have suffered, since the Collor government, in 1990, an intense defamatory campaign which published repeatedly its costs. This adverse environment led to the implementation of a whole set of changes and restrictions imposed upon these institutions. This way it was possible to reduce financial resources and decrease the number of professors while increasing the number of students. This study calculates the cost per student in these institutions, shows the evolution in the period 1995-2001, when the changes became more meaningful, and discusses the result from the perspective of efficiency.

**Key words:** Public funds; Funding of higher education; Cost per student.

## 1. Introdução

As atividades das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) são realizadas com recursos financeiros provenientes da arrecadação de tributos pagos pela população. A soma desses tributos, que são os impostos, as taxas e as contri-

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT-11 da ANPED, na 26ª Reunião Anual, Poços de Caldas, MG, 05 a 08 de outubro de 2003.

buições, forma o Fundo Público Federal (FPF), que é responsável, no âmbito Federal, pelo financiamento dos programas governamentais relacionados à educação, saúde, saneamento, habitação, assistência social, salário-desemprego, bolsa-escola, subsídios à agricultura e à instalação de indústrias, juros subsidiados à população, socorro a bancos, renúncia fiscal, pagamento de juros, encargos e amortização das dívidas públicas interna e externa etc.

A distribuição dos recursos pelos diversos programas orçamentários provoca uma tensão entre aqueles que propiciam a acumulação de capital, como o pagamento de juros e encargos das dívidas interna e externa, e aqueles que favorecem a reprodução da força de trabalho, como educação e saúde. (Chauí, 1999b). Essa tensão explícita claramente a finitude dos recursos públicos e provoca análises especializadas sobre cada um dos componentes de gasto do Governo Federal. Essas análises se efetivam não só na comunidade interna mas, principalmente na comunidade internacional, interessada em verificar se o País seria capaz de honrar seus compromissos relacionados ao pagamento da dívida pública.

As alterações na estrutura da sociedade capitalista-liberal ocorridas nas últimas três décadas, quando o Estado de Bem-Estar Social europeu iniciou o seu processo de crise, explicitaram a fragilidade dos países da periferia capitalista no comando das políticas públicas e na priorização dos programas a serem executados com os recursos constituintes do FPF. Saldar os compromissos com os credores internos e externos assumiu o patamar de primeira prioridade nas políticas públicas desses países.

O não pagamento, em dia, dos compromissos com os credores coloca o País em risco de ser rebaixado nas avaliações econômico-financeiras feitas pelas agências avaliadoras estrangeiras, provocando uma fuga dos aplicadores que, com seus dólares, investiriam ou aplicariam no País. Fala-se mesmo que cada vez mais essas agências “regem o mundo” e acreditam que “Crédito é o sopro de vida no sistema de livre comércio moderno. Contribuiu cerca de mil vezes a mais para a riqueza das nações do que as minas de metais preciosos possam ter proporcionado” (Martin & Schumann, 1999, 95):

Entre as agências anônimas do poder mundial do mercado financeiro, goza de especial influência aquela estabelecida em um prédio compacto de onze andares, situado em Nova York na Church Street, 99. À sombra das duas torres do World Trade Center, trabalham os 300 analistas bem remunerados da Moody's Investors Service, a maior e mais solicitada consultoria de investimentos do planeta. Na parede do saguão de entrada, um relevo de mais de 12 m<sup>2</sup> banhado em ouro resume a filosofia da empresa: **“Crédito é o sopro de vida no sistema de livre comércio moderno. Contribuiu cerca de mil vezes a mais para a riqueza das nações do que as minas de metais preciosos possam ter proporcionado”**. (Grifos nossos).

O poder dessas agências chega mesmo ao patamar político, interferindo em eleições, nas decisões dos parlamentos e na “auto-estima” das nações (Martin & Schumann, 1999, 97).

O exame do volume de recursos do FPF que se dirige às IFES tem suscitado diversos questionamentos e uma análise das atividades que ele desenvolve tem conduzido à seguinte pergunta: qual o custo do aluno dessas instituições? Em diversos momentos e em várias publicações são divulgados valores que divergem enormemente entre si.

Objetivamos neste estudo analisar, sob uma modelagem (Amaral, 2002) a evolução no custo do aluno no período de 1995 a 2001. É claro que a tendência do custo – elevação ou queda – apresentada será a mesma ao se considerar qualquer outra modelagem. A escolha dessa modelagem, em especial, se deve ao fato que ela explicita a complexidade de uma instituição de ensino superior, ao separar recursos que se dirigem ao ensino, daqueles que se destinam à pesquisa, à extensão e aos Hospitais Universitários (HU's).

Iremos, em primeiro lugar, analisar as pressões existentes sobre os custos das IFES, a partir do Governo Collor para, em seguida, apresentar a metodologia que utilizamos para calcular o custo do aluno e a obtenção da evolução desse custo de 1995 a 2001. Finalmente, apresentamos as conclusões deste estudo.

## 2. As atividades desenvolvidas pelas IFES e a pressão sobre seus custos

Ao longo de suas histórias, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) vêm procurando encontrar um equilíbrio entre as suas funções utilitarista e cultural. O sistema, muito heterogêneo, é responsável, juntamente com as instituições públicas estaduais – onde se destacam as universidades públicas paulistas –, pela produção de mais de 90% da pesquisa científica brasileira.

Talvez pressionadas pelas crises de hegemonia, de legitimidade e institucional – utilizando a classificação de Sousa Santos (1999, p. 190) – as IFES, como um conjunto, abraçaram as mais diversas atividades ao longo do tempo: oferecem cursos nas diversas áreas do conhecimento; realizam pesquisas e oferecem programas de pós-graduação; possuem colégios de aplicação que atuam na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio; abrigam escolas técnicas e colégios agrícolas; possuem *Campi* no interior dos Estados; gerenciam hospitais universitários, que desenvolvem atividades muito além da competência dos hospi-

**Saldar os compromissos com os credores internos e externos assumiu o patamar de primeira prioridade nas políticas públicas.**

tais-escola, chegando a substituir o sistema público de saúde em certos momentos; possuem outorgas para colocarem no ar as rádios e televisões educativas; abrigam orquestras, museus, teatros e bibliotecas comunitárias; oferecem cursos de línguas estrangeiras e pré-escola musical à população em geral; prestam serviços jurídicos à população de baixos rendimentos; orientam e ministram cursos a agricultores e produtores rurais; colaboram com ações governamentais relacionadas à saúde da população, ao analfabetismo e à conscientização dos direitos do cidadão; desenvolvem atividades de educação à distância e de formação continuada; oferecem pessoal para as administrações públicas municipais, estaduais e federal; abrigam laboratórios para análise de qualidade de alimentos, de medicamentos, de solos e de controle de endemias humanas e animais; qualificam professores das redes municipais e estaduais; mantêm observatórios astronômicos, planetários, estações ecológicas, centros esportivos, fazendas que desempenham o papel de escolas etc.

Após a crise do Estado de Bem-Estar Social europeu as mudanças ocorridas no ensino superior mundial se caracterizaram por uma uniformidade de políticas públicas que se fundamentaram nas seguintes linhas básicas: o estabelecimento do “quase-mercado”<sup>2</sup> como agente importante na definição das ações institucionais; expansão e diversificação das instituições; compressão dos recursos do Fundo Público disponíveis para o desenvolvimento das atividades das instituições; ida ao “quase-mercado” à procura de fontes alternativas de recursos financeiros; exigências de eficiência, qualidade e responsabilidade.

No Brasil também foram implantadas mudanças que tiveram uma repercussão maior sobre as IFES, a partir do governo Collor, em 1990, e se deram em um ambiente em que valeram estratégias governamentais as mais variadas. Destacamos, aqui, relacionadas ao financiamento, as seguintes: implantação do “terror” da demissão em massa, no início do governo Collor; o incentivo financeiro às instituições privadas e o apoio à expansão de vagas nesse setor; o fomento à contraposição entre os gastos realizados com o ensino superior e outros níveis de ensino; a divulgação sistemática de elevados valores para o custo dos alunos das IFES; o incentivo às aposentadorias; o congelamento de salários; a redução dos recursos financeiros das instituições; constante pressão para que as IFES encontrem fontes alternativas de financiamento no “quase-mercado” educacional; a valorização dos resultados quantitativos alcançados pelas instituições; a implantação da Gratificação de Estímulo à Docência (GED); a renitente apresentação de propostas para a regulamentação da autonomia universitária, que prevêem a assi-

---

\* “*quase-mercados* são *mercados* porque substituem o monopólio dos fornecedores do Estado por uma diversidade de fornecedores independentes e competitivos. São *quase* porque diferem dos mercados convencionais em aspectos importantes.” (Afonso, 2000, p. 115).

natura de um Contrato de Gestão, associada à idéia da implantação de Organizações Sociais etc.

O fomento à contraposição entre os gastos realizados com o ensino superior e outros níveis de ensino, e a divulgação sistemática de elevados valores para o custo dos alunos das IFES, foram duas ações que provocaram desgaste das instituições de ensino superior perante a população.

A contraposição entre os diversos níveis de ensino tem origem na análise de que investir no ensino superior beneficia a elite econômica de um país e de que os maiores gastos na economia estariam associados a investimentos nos níveis mais básicos da educação.

Muitas comparações entre os gastos públicos brasileiros com o estudante do ensino superior e com os estudantes dos outros níveis de ensino foram realizadas. Em geral essas discussões esquecem que o ensino superior, caracterizado pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é muito mais caro que os outros níveis de ensino. A UNESCO, em seu "*Documento para política de mudança e desenvolvimento no ensino superior*", diz que (UNESCO, 1995, p. 21):

...os países em desenvolvimento gastam muito mais, proporcionalmente ao seu PIB, no setor de ensino superior. Mas mesmo quando uma alta prioridade é dada ao ensino superior, esses países estão ainda longe de poder alocar o nível de apoio que necessitam ou que pode ser encontrado nos países desenvolvidos do mundo.

Cria-se, assim, um dilema político em relação aos gastos com o ensino superior, quando são calculados os valores aplicados, por aluno, nos diversos níveis educacionais do país.

Os organismos governamentais que tratam da educação superior divulgaram ou incentivaram a divulgação sistemática do que se chamou "custo do aluno", nem sempre explicitando a metodologia utilizada para calcular tal "custo".

Considerando-o elevado, a divulgação sistemática significou, perante a sociedade, um bom argumento para explicar a redução dos recursos financeiros, o congelamento salarial e a proibição do preenchimento de vagas dos aposentados.

Por desenvolverem um conjunto de atividades que pode ser considerado complexo, as instituições de ensino superior propiciam a obtenção dos mais variados custos: Custo por Estudante; Custo do Aluno (ensino fundamental, médio, gradua-

**" O custo do aluno"  
varia de instituição para  
instituição, dependendo  
do que representam as  
atividades de pesquisa e  
de extensão no contexto  
das atividades  
institucionais...**

ção e pós-graduação); Custo da Pesquisa; Custo da Extensão; Custo do Hospital Universitário; Custo das Atividades Administrativas etc.

Os custos que, em geral, aparecem nas discussões e que tomam conta da opinião pública são: o “custo por estudante” - que simplesmente divide o volume total de recursos aplicados na instituição pelo número total de alunos - e o “custo do aluno”, que procura apurar quanto custou a formação de um estudante, ou seja, o custo do aluno com o ensino.

Nessa discussão, na maioria das vezes, não se toma nenhum cuidado ao se efetuarem comparações entre países e entre instituições de um mesmo país. O significado desses dois indicadores é confundido, premeditadamente, dependendo dos interesses dos interlocutores. Sabemos, entretanto, que o significado dos indicadores são coincidentes naquelas instituições que, dentre outras particularidades, desenvolvem apenas as atividades de ensino, não havendo nenhum comprometimento com a pesquisa e com a extensão.

As comparações internacionais, inevitáveis nessa discussão, são difíceis de se realizarem. Se em um determinado país, as instituições de ensino superior são responsáveis pela manutenção de hospitais universitários, que prestam assistência médica à população carente, mantêm orquestras, bibliotecas comunitárias, museus, escolas de ensino fundamental, educação média etc. e, em seus orçamentos, estão presentes os pagamentos de aposentados e precatórios, e se em outro país essas despesas não estão presentes, os seus custos só são comparáveis com a introdução de adaptações que produzam compatibilidade de suas atividades e de seus gastos. Isso é o que a modelagem que escolhemos procura fazer e a utilizaremos para obter a evolução do custo do aluno das IFES (ensino) no período 1995-2001.

### 3. Uma metodologia para o cálculo do custo dos alunos (ensino) das IFES

Se queremos calcular o “custo do aluno”, no sentido dos recursos aplicados no ensino, temos que considerar que ele varia de instituição para instituição, dependendo do que representam as atividades de pesquisa e de extensão no contexto das atividades institucionais, e, portanto, não poderíamos utilizar modelos muito simplificados que simplesmente dividem os gastos pelo número de alunos.

Utilizaremos uma metodologia para o cálculo do custo dos alunos das IFES que considera as atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de não considerar o pagamento de inativos, pensionistas e precatórios como gastos relacionados ao “custo do aluno”. Essa metodologia considera que (Amaral, 2002): (1) existe uma relação direta entre o percentual das despesas que se destinam ao ensino e o número de mestres e doutores da instituição; (2) as instituições que possuam mais

alunos de mestrado e doutorado em relação ao total de seus alunos de nível superior, gastarão mais com pesquisa e extensão e (3) as instituições com maiores CAPES nos programas de pós-graduação gastam mais com pesquisa e extensão. Além disso, os gastos com inativos, pensionistas e precatórios não são computados como gastos com o ensino e, dos recursos dos Hospitais Universitários,

35% são considerados como recursos dirigidos ao ensino e 65% como recursos para a pesquisa, extensão e atendimento à saúde da população.

Para que o custo médio do aluno represente todo o universo das IFES, independentemente do nível de ensino (fundamental, médio, graduação, pós-graduação), a modelagem estabeleceu fatores de ponderação de custo para construir um quadro de equivalência e transformar alunos de qualquer nível em alunos equivalentes aos de graduação (Quadro 01):

Quadro 01 – Quadro de equivalência à graduação

1 aluno de pós-graduação <i>stricto-sensu</i>	=	2 alunos de graduação
1 aluno de pós-graduação <i>lato-sensu</i>	=	1 aluno de graduação
1 aluno de residência médica	=	2 alunos de graduação
1 aluno do ensino médio técnico	=	0,5 aluno de graduação
1 aluno do ensino médio não técnico	=	0,3 aluno de graduação
1 aluno do ensino fundamental	=	0,1 aluno de graduação

Dessa forma define-se uma metodologia que incorpora um pouco da complexidade universitária, mas que procura obter valores que podem ser, com algum grau de confiabilidade, comparáveis àqueles de instituições de ensino superior que se dedicam quase que exclusivamente às atividades de ensino.

#### 4. A evolução no custo do aluno das IFES: 1995-2001

Para o estudo da evolução do custo do aluno das IFES de 1995 a 2001 faremos as seguintes considerações:

**Os recursos caíram, em valores de janeiro de 2002 (IGP-DI/FGV) de R\$ 10.402 milhões para R\$ 7.638 milhões – queda de 26,5% – e o número de alunos equivalentes (pelo modelo que adotamos) cresceu de 478.745 para 672.727 – aumento de 40,5%.**

- (1) em todos os anos consideraremos o percentual de 71,98% do orçamento de cada IFES, para o ensino. Esse valor representa o percentual médio no ano de 1997, obtido no estudo que apresenta a metodologia que estamos utilizando aqui. (Amaral, 2002). Esse fato se justifica pela não disponibilidade de todos os dados necessários, em todos os anos do período que estudaremos.
- (2) os gastos com pessoal dos Hospitais Universitários serão considerados fixos no período em estudo e idênticos aos valores de 1996, ou seja, R\$ 261.620.096,00. O pagamento de pessoal dos HU's deixou de ser discriminado em separado na execução orçamentária das IFES e não é possível apurar os valores em anos seguintes.
- (3) O número de alunos das IFES serão aqueles da publicação da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES): "Indicadores de desempenho das IFES (1995-2000)" e constam da Tabela 01. Consideraremos neste estudo que não houve expansão do sistema de 2000 para 2001 – pela inexistência de dados – e, como nos dados dos Colégios de Aplicação estão incluídos alunos do ensino médio, não técnico e do ensino fundamental, consideraremos um peso de 0,25 a esses alunos, diferentemente do que está estabelecido no Quadro 01; 0,30 para o aluno do ensino médio não-técnico e 0,10 para o aluno do ensino fundamental.

	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Total
Ano	Graduação	stricto-sensu	lato-sensu	Colégios Técnicos	Colégios Aplicação	Alunos equivalentes
1995	394.024	23.352	17.091	35.334	13.034	478.745
1996	408.684	34.477	21.097	36.768	13.124	520.400
1997	421.553	37.839	26.714	38.656	14.515	546.902
1998	426.295	41.101	32.258	35.146	13.269	561.645
1999	452.019	48.587	45.393	30.723	12.452	613.061
2000	497.657	52.506	51.433	31.040	12.418	672.727
2001	497.657	52.506	51.433	31.040	12.418	672.727
Fonte: ANDIFES: "Indicadores de desempenho das IFES (1995-2000)."						
* Consideraremos idênticos aos de 2000.						

O custo do aluno, considerando-se as atividades relacionadas ao ensino, estão na Tabela 02, que apresenta o total de gastos das IFES, todas as fontes, os valores pagos a inativos, pensionistas e precatórios, 35% dos valores pagos aos Hospitais Universitários (HU's), e o valor base para o cálculo do custo do aluno.

Nota-se, portanto, uma drástica redução, de 51%, no custo do aluno (ensino), de R\$ 11.198,00 em 1995 para R\$ 5.488,00 em 2001.

**Tabela 02 - O custo do aluno das IFES - ensino (1995-2001)**  
Valores a preços de janeiro de 2002, IGP-DI/FGV

	Recursos	Inativos	HU's	HU's	Valor base	Total	Custo
	totais	pensionistas	peçoal	custeio	71,98% de	alunos	do
Ano	todas fontes	precatórios	35%	35%	(A-B-C-D)	equiv.	aluno*
	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões		R\$
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(E/F)
1995	10.402	2.675	136	134	5.361	478.745	11.198
1996	9.373	2.483	151	130	4.751	520.400	9.130
1997	9.208	2.818	151	119	4.440	546.902	8.045
1998	9.046	2.860	151	128	4.247	561.645	7.561
1999	8.854	2.774	151	11	4.255	613.061	6.940
2000	8.346	2.557	151	12	4.045	672.727	6.012
2001	7.638	2.339	151	13	3.692	672.127	5.488

Fonte: Execução Orçamentária da União: <http://www.camara.gov.br>

\* Cálculo deste estudo

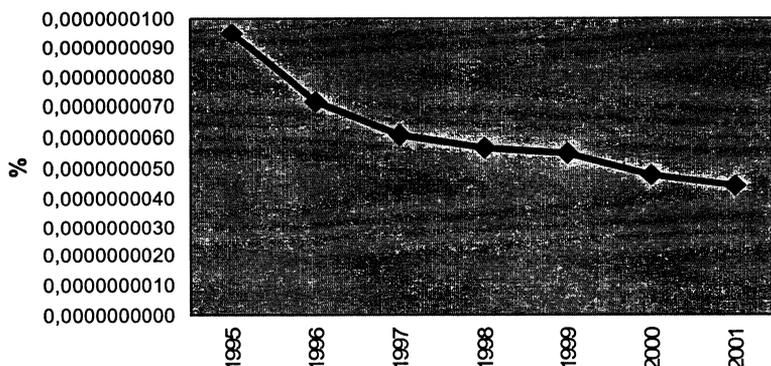
Pode-se argumentar que os valores constantes, transformados pelo índice IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, apesar de ser bastante utilizado nas análises dos Ministérios e em estudos acadêmicos, não expressam a realidade em termos de poder de compra num ambiente quase sem indexação como é o da economia brasileira atualmente. Para eliminar esse fato, a Tabela 03 apresenta a evolução do custo do aluno como percentual do Produto Interno Bruto (PIB); esses valores nos dão uma idéia do quanto da riqueza nacional está se dirigindo para a formação de um aluno nas IFES:

**Tabela 03 - O custo do aluno das IFES - ensino (1995-2001)**  
Valores a preços de janeiro de 2002 (IGP-DI/FGV)

Ano	Custo do aluno	PIB	%
		R\$ milhões	
1995	11.198	1.179.919	0,0000000095
1996	9.130	1.280.178	0,0000000071
1997	8.045	1.326.222	0,0000000061
1998	7.561	1.340.292	0,0000000056
1999	6.940	1.269.438	0,0000000055
2000	6.012	1.257.969	0,0000000048
2001	5.488	1.242.027	0,0000000044

Fonte: PIB: Banco Central do Brasil e IPEA - <http://www.ipeadata.gov.br>

O Gráfico 01 contribui para visualizarmos a queda desse percentual em relação ao PIB. A queda nesse novo referencial mostrou-se ainda mais drástica, ou seja, de 53,7% no custo do aluno das IFES, como fração do PIB.

**Gráfico 01 - O custo do aluno da IFES - ensino (1995-2001)****em percentuais do PIB**

## 5. Conclusão

Verificamos uma queda drástica no custo do aluno das IFES e isso se deve à conjunção de dois fatores; primeiro, a redução no volume de recursos que se destinaram a essas instituições e, segundo, pela expansão no número de alunos. Os recursos caíram, em valores de janeiro de 2002 (IGP-DI/FGV) de R\$ 10.402 milhões para R\$ 7.638 milhões – queda de 26,5% – e o número de alunos equivalentes (pelo modelo que adotamos) cresceu de 478.745 para 672.727 – aumento de 40,5%.

Estaria refletido aqui, nestes dados, um dos principais objetivos das reformas implantadas no País e que seguiram as mesmas diretrizes pós-crise do Estado de Bem-Estar Social: o aumento da eficiência?

O que levou as Instituições a aumentarem o número de alunos mesmo sob uma situação adversa em termos financeiros? Será que pressionadas pelas crises de hegemonia, de legitimidade e institucional (Sousa Santos, 1999, p. 190) e sob campanha pública difamatória, as IFES resolveram expandir suas atividades após a promulgação da Constituição de 1998, ou existiam setores com real ociosidade? Devemos ressaltar ainda que essa expansão ocorreu, entretanto, com a redução no número de professores; eram, pelos dados da ANDIFES, 48.439 docentes em 1990 e 41.900 em 2000.

Outros fatores de pressão poderiam ainda colaborar para explicar a série decrescente de custos que obtivemos: (1) a implantação de fórmulas dependentes da produtividade individual que objetivam justificar a alocação dos recursos financeiros para as instituições, com forte dependência do número de alunos das IFES; (2) a pressão existente pelo aumento na quantidade de alunos devido ao fato do baixo percentual brasileiro da população de jovens com idade entre 18 e

24 anos, matriculados em ensino superior; e (3) a implantação da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) que incentivou a elevação da carga horária dos professores; um valor financeiro só é incorporado ao salário se houver, em contrapartida, um determinado número de hora, do docente, a mais em salas de aula.

Nessas ações que implantam fórmulas quantitativas e gratificações por produtividade estariam a presença do “Estado forte”, discutido por Dias Sobrinho (2001, p. 6), que, dessa forma, pode informar à sociedade que critérios utiliza para distribuir recursos entre as instituições e que, de alguma forma, nas gratificações diferenciadas encontram-se ingredientes de avaliação do trabalho docente.

O resultado obtido aqui é visto como um aumento da eficiência das instituições e, assim, valorizado pelos que implantaram as reformas, sem entretanto, se questionar como foi possível expandir tanto o número de alunos com redução da quantidade de professores e dos recursos financeiros; como estariam a qualidade das atividades e com que relevância as instituições estariam atuando na sociedade?

## 6. Referências Bibliográficas

- AFONSO, A. J. (2000). *Avaliação Educacional: regulação e emancipação*. Cortez Editora. São Paulo-SP.
- AMARAL, N. C. (2002). *O Custo do aluno: uma metodologia para as IFES*. DOXA, Coronel Fabriciano, 1 (8): 49-64, jul.-dez./2002
- ANDIFES. (2002). *Indicadores de desempenho das IFES (1995-2000)*. Documento da ANDIFES. Brasília-DF.
- CHAUÍ, M. (1999). Universidade em Liquidação. Em: *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais!, p.3, 11 de julho. São Paulo-SP.
- DIAS SOBRINHO, J. (2002). Quase-mercado, quase-educação, quase-qualidade: tendências e tensões na educação superior. Em: *Revista Avaliação*, Ano 7, Vol. 7 – Nº 1- mar. 2002. Campinas-SP.
- MARTIN, H-P & SCHUMANN, H. (1999). *A armadilha da Globalização: o assalto à democracia e ao bem-estar social*. Editora Globo. 6ª. Edição. São Paulo-SP.
- SOUSA SANTOS, B. (1999). *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 6ª Edição. Cortez Editora. São Paulo-SP.
- UNESCO. (1995). *Documento de Política para a Mudança e o Desenvolvimento na Educação Superior*. Publicado na Revista Educação Brasileira, 17 (34): 153-221, 1º sem. 1995.